

# Liberação de US\$ 3,6 bilhões vinculada a desembolso do BIRD

por Cláudia Safatle  
de Brasília

Os bancos internacionais credores do Brasil, representados no comitê de assessoramento da dívida externa, acabaram conseguindo cercar-se de algumas garantias para o desembolso de US\$ 5,2 bilhões entre este ano e o primeiro semestre do ano que vem, a título de refinanciamento dos juros. Desse total de recursos, US\$ 3,6 bilhões serão liberados em compasso com os desembolsos do Banco Mundial (BIRD), através de duas modalidades novas de financiamentos, denominadas "co-financiamento" com o BIRD e "crédito paralelo".

Isso significa que, se porventura o BIRD entender que um determinado financiamento de projeto para o Brasil não deve ser liberado, os bancos credores que optarem por uma dessas duas modalidades poderão suspender o desembolso, ancorados no comportamento do BIRD.

Com esses dois mecanismos, os bancos credores tentaram resolver um ponto polêmico da negociação externa, que foi colocado pelo governo brasileiro, da não vinculação automática dos desembolsos dos bancos aos desembolsos do Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo que esse último está diretamente vinculado ao cumprimento das metas, dos critérios de performance macroeconômicos, estabelecidos no acordo do Brasil com o FMI. Num determinado momento da negociação, os bancos tentaram também operar com uma garantia concreta, em dólares, do BIRD, o que não prosperou.

Segundo explicou ontem o ministro Sérgio Amaral, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e um dos negociadores do acordo externo fechado na última quarta-feira, o primeiro projeto que inaugurará o sistema de co-financiamento com o BIRD, é o do programa setorial de energia elétrica, no qual os bancos compartilharão com a mesma quantidade definida para o BIRD, de US\$ 500 milhões. Ocorre, porém, que, apesar da simultaneidade, os US\$ 500 milhões dos bancos privados não serão usados para esse programa de energia elétrica, mas para fechar as contas do balanço de pagamentos brasileiro neste ano. Dos US\$ 5,2 bilhões de recursos totais, o co-financiamento deverá representar uma linha de crédito de US\$ 750 milhões.

Os créditos paralelos

com o BIRD, fixados no montante de US\$ 2,85 bilhões, não têm nenhum vínculo com programas do BIRD para o Brasil, mas são recursos que ingressarão no País à medida que o BIRD for liberando novos empréstimos. A rigor, trata-se de uma artimanha dos bancos credores, para que, não sejam cobrados, por seus acionistas, de estarem colocando mais recursos no Brasil. A uma eventual interpelação dessa natureza, os dirigentes dos bancos privados credores do Brasil responderiam que não estão sendo os únicos a colocar mais recursos no Brasil, pois, afinal, o BIRD também está.

Os bancos que optarem por aportar recursos mediante o crédito paralelo poderão lançar mão da conversão desses créditos em investimentos diretos no Brasil, sem o deságio aplicado à dívida antiga, através dos leilões. "Quem trouxer dinheiro novo para o Brasil receberá um tratamento diferente daquele banco que quiser desfazer-se de seus créditos e sair do País", explicou Amaral. Segundo ele, dos US\$ 2,85 bilhões, US\$ 1,8 bilhão poderão ser convertidos sem deságio.

Outro instrumento inovador no acordo do Brasil com os bancos credores é a linha de comércio de médio prazo (nove anos), no valor de US\$ 600 milhões. O banco que optar por esse tipo de financiamento, que obedecerá às mesmas condições do restante do empréstimo para refinanciamento dos juros, quais sejam, spread de 0,8125% e juros calculados pela Libor

(taxa interbancária de Londres), terá de depositar os recursos no Banco Central (BC). Cada vez que tiver um cliente para operação de importação ou exportação, o banco sacará os recursos do BC.

Concluída a elaboração do protocolo da negociação ("term-sheet"), que será enviada nos próximos dias aos setecentos bancos credores espalhados pelo mundo, a equipe do Ministério da Fazenda e do BC envolvida na negociação externa inicia a discussão com os governos dos países industrializados para a montagem de um empréstimo ponte destinado a pagar os juros vencidos e a vencer entre junho e julho próximo. Os juros vencidos entre abril e maio serão pagos com o saque de US\$ 700 milhões das reservas cambiais brasileiras e uma antecipação de US\$ 300 milhões em linhas de curto prazo (interbancária e comercial) por parte dos catotze bancos representantes do comitê da dívida.

Amaral desconhecia, até o final da tarde de ontem, qualquer manifestação contrária ao empréstimo ponte por parte do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. "Isso é uma surpresa para mim e deve haver um mal-entendido, pois estamos começando a conversar com os governos sobre esse empréstimo ponte, inclusive com o Departamento do Tesouro dos EUA, e a reação tem sido positiva", sublinhou, lembrando que na viagem que fará a Tóquio, na próxima semana, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, mencionará esse

assunto com o governo japonês.

Para os bancos de menor porte que querem sair do Brasil, foi criado o mecanismo dos bônus de saída ("exit-bonds"), que serão emitidos pelo Tesouro Nacional, em cruzados, mas com correção cambial, com prazo de resgate de 25 anos e 10 anos de carência. Dos quase setecentos bancos credores, cerca de quatrocentos bancos têm créditos inferiores a US\$ 15 milhões, que é o feto máximo com que cada banco poderá operar nos bônus de saída. Esses bônus também poderão ser convertidos em investimento de risco no País, mas com um deságio de 30%, em princípio.

Os negociadores da dívida não estão vendo muitos problemas na etapa que agora se inicia, de venda do acordo para os setecentos bancos credores. Como aproximadamente 115 a 120 bancos, que detêm 85% da dívida, aderiram ao acordo interino feito no ano passado e têm a receber, neste ano, US\$ 3 bilhões usados para cobertura dos juros vencidos entre outubro de 1987 e fevereiro deste ano, cerca de 85% do que os negociadores denominam de "massa crítica" tem bons motivos para aderir rapidamente ao novo acordo, ficando a parcela restante a ser trabalhada e convencida de entrar no acordo. E necessária uma adesão de 90% da massa crítica para que o acordo possa ser assinado e na expectativa da equipe negociadora brasileira, isso ocorrerá entre final de agosto e começo de setembro próximos.